

Aprendizagem social e práticas de letramento no trabalho cooperado de catadores(as) de materiais recicláveis

Catadores(as) de materiais recicláveis formam hoje uma categoria profissional que, a despeito de todas as dificuldades enfrentadas, vem se tornando relevante nas agendas ambiental e social brasileiras nas últimas décadas. Estes profissionais organizam-se em associações e cooperativas, o que lhes demanda uma série de práticas letradas. Chama atenção o fato de que, apesar da baixa escolaridade, da situação de precariedade em que geralmente trabalham e vivem e das dificuldades próprias do manuseio de resíduos, consigam gerir seus empreendimentos, gerando não apenas renda para sua subsistência, mas uma gama complexa de conhecimentos e saberes próprios desta atividade. Esta pesquisa visa compreender os aspectos referentes à socialização destes indivíduos no contexto do trabalho cooperativo e por meio do manuseio dos materiais recicláveis, as aprendizagens proporcionadas por este contexto e o viés educativo da atividade de reciclagem na vida destes trabalhadores, com especial destaque às práticas letradas.

PALAVRAS-CHAVE: práticas letradas, saberes populares, cooperativismo, reciclagem.

Aprendizaje social y prácticas de letramento en el trabajo cooperativo de selectores(as) de materiales reciclables

Los selectores(as) de materiales reciclables forman una categoría profesional que, a pesar de todas las dificultades que enfrentan, se ha vuelto relevante en las agendas ambientales y sociales de Brasil en las últimas décadas. Estos profesionales están organizados en asociaciones y cooperativas, que les exige una serie de prácticas letradas. Llama la atención el hecho de que a pesar del bajo nivel de escolaridad, de la situación precaria en la que generalmente trabajan y viven y de los problemas de manejo de residuos, sean capaces de gestionar sus empresas, generando no sólo los ingresos para su sustento, sino una compleja gama de conocimientos y saberes propios de esta actividad. Esta investigación tiene como objetivo comprender los aspectos relacionados con la socialización de estos individuos en el contexto del trabajo cooperativo y por medio de la manipulación de materiales reciclables, los aprendizajes proporcionados por este contexto y el sesgo educativo de la actividad de reciclaje en la vida de estos trabajadores, con especial énfasis en las prácticas letradas.

PALABRAS CLAVE: prácticas letradas, saberes populares, cooperativismo, reciclaje.

Social learning and literacy practices in the cooperative work of collectors of recyclable materials

Despite the many difficulties they encounter, collectors of recyclable materials have become important social and environmental actors in Brazil in recent decades. The organization of these professionals in associations and cooperatives requires them to engage in various forms of reading and writing. Despite their low level of schooling, their precarious working and living situations and the difficulties associated to the handling of residues, it is remarkable that they are able to conduct their activities, and not only generating income, but also developing a complex range of knowledge and information about their main activity. This study analyzes aspects of the socialization of these individuals in the context of cooperative work and the learning opportunities and educational component of recycling, with an emphasis on their reading and writing practices.

KEYWORDS: reading and writing practices, popular knowledge, cooperativism, recycling.

Aprendizagem social e práticas de letramento no trabalho cooperado de catadores(as) de materiais recicláveis

■ GABRIELA ALBANÁS COUTO

O próprio crescimento da gente já é uma escola. Não é aquela escola literal, mas é uma escola.
ENTREVISTADO 01¹

A vida aqui não é normal, mas é gostosa, porque eu cresci.
ENTREVISTADO 02

Introdução

Este texto apresenta a síntese dos resultados de uma pesquisa de mestrado já concluída (2009-2012) e aprofundada atualmente em âmbito de doutorado (2016). O objetivo central do estudo que aqui se apresenta de forma sintética foi identificar os conhecimentos produzidos por catadores e catadoras no interior de cooperativas de reciclagem, dando visibilidade ao seu trabalho, e, ao mesmo tempo, reconhecer quais seriam suas principais demandas formativas, tendo em vista a construção de políticas públicas educacionais apropriadas para atender pessoas adultas em contextos de vulnerabilidade social.

A pesquisa foi desenvolvida junto a uma cooperativa de catadores localizada na região central da cidade de São Paulo. Tratava-se da maior cooperativa da cidade em número de cooperados (em torno de cem pessoas) e a terceira maior em produção (cerca de 300 toneladas/mês) à época da pesquisa. O grupo era bastante heterogêneo em termos de trajetórias sociais e idade (média de 45 anos, mas com membros bastante jovens e também alguns idosos). A escolaridade média era de quatro anos de estudo. A cooperativa possuía convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo, fazendo parte do programa de coleta seletiva oficial do município, sendo também atendida pela Secretaria de Desenvolvimento Social via convênio gerenciado por uma organização não governamental com trajetória de atuação junto à população em situação de rua.

Uma das hipóteses iniciais de pesquisa era a de que a construção da autoimagem dessas pessoas passaria, também, pela experiência escolar ou pela ausência dela em suas biografias. Observa-se a

¹ Os três entrevistados serão identificados por número obedecendo à ordem cronológica de realização das entrevistas.

busca por uma aproximação com a cultura escolar, ou a compensação pela falta de escolaridade, em práticas que simulam as escolares, como a criação e manutenção de bibliotecas nas cooperativas de reciclagem, com livros encontrados em meio ao “lixo”, o uso dos mesmos para fruição literária, os cursos de capacitação para o trabalho, entre outras. Chamava a atenção o fato de atribuírem o fracasso escolar a si mesmos, de acordo com as entrevistas e depoimentos coletados na pesquisa de campo, como a fala de um catador dirigida à pesquisadora, por diversas vezes da mesma forma: “estuda, menina. Estuda pra não ficar igual a ‘nóis’. ‘Nóis aqui não estudou, por isso ‘viemo’ parar aqui”. Como afirma Dubet (2014: 71), “frequentemente os que fracassaram na escola aceitam o veredito”. Os códigos de percepção e apreciação forjados a partir do vivido e do recorte de classe a que pertencem parecem aceitar a condição de exclusão, opressão e precariedade em que vivem, por não terem “aproveitado as oportunidades da vida”, sem perceberem que o acesso à escola é mais injusto que a escola em si, como sinaliza Dubet:

Assim, a exclusão escolar, considerada sob o ângulo de um fracasso escolar importante, provoca *ipso facto* uma relativa exclusão social. [...] O movimento crescente dos diplomas aumenta a exclusão escolar relativa dos não diplomados, que, por sua vez, se deparam com a exclusão provocada pela crise do emprego. Assim, dois fenômenos relativamente independentes, que afetam as relações de produção e as relações de reprodução, encontram-se ligados um ao outro. Para dar a essa análise uma imagem “concreta”: a seletividade escolar encaminha os alunos mais fracos para as trajetórias menos qualificadas, o que, por sua vez, aumenta suas “chances” de desemprego e de precariedade (2003: 71).

Assim como a pesquisa realizada no mestrado, outras pesquisas sobre o tema (Frochtengarten, 2014; Grimberg, 2007; Kemp e Crivellari, 2008; Rosa, 2005; entre outras) mostram, ainda, que grupos de catadores nos grandes centros urbanos são compostos, sobretudo, por migrantes, pessoas que partem de seus lugares de origem em busca de trabalho e pelo desejo de uma vida melhor. Pessoas que em sua origem já vivenciam a segregação social, a discriminação, a exploração e “sua vida privada está sujeita à violência, sem o usufruto de bens e serviços básicos e sem a inserção no mercado de trabalho” (Baptista, 1998: 103, *apud* Rosa, 2005: 143). A mudança do lugar de origem para um centro urbano constitui-se, assim, em ruptura, provoca desenraizamento cultural e sofrimento psicossocial (Costa, 2004; Martins, 1997, 2008). Este fenômeno denota reprodução das desigualdades e injustiças sociais, visto que, embora migrem, sua condição de excluídos não se modifica. Ao aportarem nos grandes centros, os migrantes em busca de condições melhores de vida deparam-se com códigos próprios do espaço urbano, com o prevaletimento da cultura letrada sobre a cultura oral, com símbolos e valores que lhes são estranhos. Os aqui estrangeiros sofrem violência simbólica, manifestada, por exemplo, pelas diferentes formas de preconceito a que estão submetidos (Di Pierro e Galvão, 2007).

Em se tratando de trabalhadores “do lixo” (ou trabalhadores em atividades subalternas e “invisíveis” em geral) as desigualdades se acentuam, pois sofrem com a invisibilidade pública, que se expressa por meio de dois fenômenos psicossociais: a humilhação social e a reificação, definidas por Costa:

A humilhação social apresenta-se como um fenômeno histórico, construído e reconstruído ao longo de muitos séculos, e determinante do cotidiano de indivíduos das classes pobres [...]. *A reificação* configura-se como processo pelo qual, nas sociedades industriais, o valor (do que quer que seja:

pessoas, relações inter-humanas, objetos, instituições) vem apresentar-se às consciências dos homens como valor, sobretudo econômico, *valor de troca*: tudo passa a contar, primariamente, como mercadoria. O homem fica apagado, é mantido à sombra (2004: 63-64, grifos do autor).

Questões relativas à escolaridade reforçam a ideia de exclusão social vinculada a este grupo. De acordo o censo do IBGE² (2010) o Brasil tem 9,4% da população acima de 15 anos analfabeta. No entanto, segundo pesquisa do IPEA³ (2013), entre os catadores o número sobe para 20,6% na média geral do país, ou seja, mais que o dobro da média nacional. Com relação ao Ensino Fundamental, enquanto a média da população brasileira é de 50,3% (IBGE, 2010), entre os catadores este número cai para 24,6% (IPEA, 2013). Tais dados são indicadores da situação de escolaridade e, conseqüentemente, de acesso ao mercado de trabalho, experimentada por esta parcela da população, e da distância, em termos de igualdade, a que estão da média geral da população.

Diante deste quadro do que poderíamos chamar de exclusão ou de “inclusão precária” (Martins, 1997) fazer parte de uma cooperativa de reciclagem aparece como alternativa ao desemprego e possibilita sociabilidade — para muitos perdida nas trajetórias de vida⁴.

Percorso metodológico

De acordo com os objetivos propostos, adotou-se a abordagem qualitativa, que privilegia a análise de micro processos, conforme Martins (2004: 290). Para apreender os fenômenos descritos optou-se por realizar um estudo de caso de tipo etnográfico, pois se evidenciou a necessidade do contato prolongado com o ambiente a ser investigado. Desta forma foi possível observar características físicas do ambiente (localização, organização espacial, materiais e ferramentas de trabalho utilizadas pelos catadores etc.) e aspectos mais subjetivos, como, por exemplo, a qualidade das relações de trabalho entre as catadoras e catadores, a dinâmica do cotidiano na cooperativa, sua organização administrativa, regras do grupo, as relações de poder etc. A pesquisa de campo foi desenvolvida ao longo de sete meses consecutivos, com duas visitas semanais à cooperativa, nas quais a pesquisadora trabalhava na triagem dos materiais recicláveis tal como os cooperados, por um período mínimo diário de quatro horas. Para tanto, escolheu-se como ferramenta principal de pesquisa a observação participante, que permite não apenas olhar a realidade de perto, mas também demorar-se nela para captar os processos de forma integrada e orgânica, não pontual, com o objetivo de

[o]lhar a opressão de perto dos oprimidos, perto o bastante para estimar o que se vê do lugar deles. Estimar o que os outros vêem nunca será coincidir com os olhos deles. [...] Sentar-se ao lado traz conversa entre cidadãos e o gosto pela opinião dos outros. E o fim da conversa é o começo de outras.

2 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão governamental responsável pelo censo demográfico, realizado em média a cada 10 anos.

3 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão governamental cujas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico à elaboração de políticas públicas.

4 A cooperativa pesquisada é composta, sobretudo, por pessoas em situação de rua, muitas das quais tinham todos os seus pertences pessoais guardados em um armário pessoal no vestiário da cooperativa.

Nem sempre os nativos, para falar, precisam que nos sentemos ao lado deles: mas nós, para ouvi-los, precisamos sempre.⁵

Três eixos investigativos foram observados ao longo da pesquisa, servindo ainda de base para as análises dos dados coletados:

1. Processos: percepção de como os fenômenos são produzidos pela ação dos sujeitos, como aprendem e como repassam o conhecimento no trabalho.
2. Linguagem: percepção dos discursos produzidos sobre e pelo grupo, na relação entre eles e a pesquisadora e das diferentes formas de comunicação utilizadas pelos sujeitos (linguagem oral e corporal, vocabulário popular, preferências musicais, gírias, códigos, palavras etc.).
3. Subjetividade e reflexividade: como se dá a relação entre pesquisadora e “pesquisados”, reconhecimento das relações de poder existentes nessa relação; auto percepção da pesquisadora em relação ao grupo pesquisado.

Após os sete meses consecutivos de observação participante, período mais intensivo em campo, as visitas à cooperativa passaram a ser mensais pelo período de mais um ano, no qual outras ferramentas de pesquisa foram sendo utilizadas. Desta forma, além da observação participante, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas com lideranças da cooperativa, registro em diário de campo e fotográfico e pesquisa documental. Para a análise dos dados foi realizada a triangulação de métodos, fazendo o cruzamento das informações colhidas pelas diferentes ferramentas de pesquisa com vistas à legitimação dos resultados. Ao fim os dados foram categorizados em quatro diferentes dimensões do trabalho dos(as) catadores(as), a saber: dimensão técnica, social, ambiental e política, destacando-se, ainda, questões de subjetividade que perpassam as quatro dimensões.

Letramento e alfabetização no contexto do trabalho

Na obra *Preconceito contra o analfabeto*, Di Pierro e Galvão (2007) explicam as raízes históricas do analfabetismo e mostram a localização deste fenômeno na sociedade letrada.

Os relatos sobre jovens e adultos que não sabem ler e escrever revelam, de um lado, a rica diversidade cultural da sociedade brasileira e, de outro, expõem trajetórias de vida relativamente homogêneas. [...] As situações de leitura e escrita foram raras na vida cotidiana dessas pessoas, restritas a eventuais cartas, contas de armazém ou cerimônias religiosas. Os contatos sociais eram limitados à família e a vizinhos, e as aprendizagens relacionadas ao trabalho doméstico ou na lavoura realizadas por imitação ou mediante instruções verbais. Alguns foram à escola por períodos curtos e descontínuos, onde realizaram aprendizagens pouco significativas, e vivenciaram experiências de fracasso, castigo e humilhação. A interrupção dos estudos e o reduzido uso social das habilidades adquiridas na escola levaram posteriormente à regressão a condição de analfabetos (Di Pierro e Galvão, 2007: 16).

5 José de Moura Gonçalves Filho no prefácio de Costa (2004: 47).

O analfabetismo no Brasil configura-se como um dos grandes problemas sociais do país, representando, ainda, uma violação de direitos, de acordo com o Artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Artigo 208 da Constituição Federal Brasileira (Di Pierro, 2008: 32-33). Além disso, é possível pensar o analfabetismo como desenraizamento. Conforme Costa (2008), que pesquisou o fenômeno da invisibilidade social, a questão do analfabetismo estaria atrelada a sentimentos de humilhação social, que marcariam as biografias destes indivíduos.

O analfabetismo é condição humilhante. O analfabeto não pode habitar o mesmo mundo que os seus semelhantes instruídos habitam. O analfabetismo, dessa forma, produz traumas e sintomas psicológicos muitas vezes insuperáveis e sempre dilacerantes. Quem não domina a escrita e a leitura está condenado a sofrer porque, impotente, vê limitadas todas as suas expectativas e tem soterrado o seu ânimo (Costa, 2008: 356).

A valorização da cultura letrada em nossa época acaba por ser fator de exclusão social, deixando de fora ou à margem da sociedade todos aqueles que não tiveram oportunidades de adquiri-las. A sociedade escolarizada firmou um padrão onde cultura se confunde com cultura letrada, e esta última passa a ser sinônimo de conhecimento válido e valorizado, em detrimento da cultura popular.

O conhecimento não pode ser tomado como algo colado à cultura formal, que coincide com o que se admite nos bancos escolares. Cultura, aliás, não é mercadoria que alguns possuem e outros carecem [...] Esta manobra que faz querer coincidir cultura e cultura letrada tem como principal efeito o rebaixamento cultural dos analfabetos (Costa, 2008: 356).

Deste modo, as pessoas que de alguma forma não acessaram a cultura letrada são apontados como incultos, porque sem letras. Como afirma Gonçalves Filho (2007: 191), “esta operação, a equação entre cultura e cultura letrada, implica desmoralização cultural dos iletrados, que, afinal, é efeito de desmoralização política”. *Iletrado* ou *pouco letrado*, aqui, se refere à

[c]ondição decorrente da falta de oportunidade de interação intensa e sistemática com determinados aspectos culturais fundamentais nesse tipo de sociedade —urbana, escolarizada, industrializada, burocratizada e marcada pelo conhecimento científico e tecnológico e forte presença dos meios de comunicação de massa (Oliveira, 1995: 147).

É, portanto, condição política. Essa transição de uma sociedade marcada pela oralidade, em que a relação com textos “é tênue ou quase inexistente” (Gonçalves Filho, 2007) para a sociedade urbana e letrada é experimentada, sobremaneira, pelos migrantes. Entre os sujeitos desta pesquisa, uma significativa parcela compartilha desta experiência. Di Pierro e Galvão (2007: 18-19) expõem as dificuldades encontradas por essas pessoas.

No caso dos migrantes, a condição de analfabetos não opera isoladamente na produção de experiências de discriminação, combinando-se a outros lugares que determinam as hierarquias sociais, como a condição econômica, a origem étnico-racial, o gênero ou a variante linguística. “Não saber

ler e escrever é, como outras marcas distintivas da pobreza, um símbolo da condição de subalteridade” (Mello e Gomes, 1992: 21 *apud* Di Pierro e Galvão). Nas interações sociais a que são expostos quando chegam às metrópoles, os migrantes analfabetos ou pouco escolarizados logo se dão conta que não preenchem as expectativas normativas dominantes, percebendo o estigma que lhes imputam por acumular as condições de roceiros pobres, negros, nordestinos, iletrados e falantes de variedades desprestigiadas da língua portuguesa.

Na pesquisa de campo realizada com os catadores de materiais recicláveis foi possível observar que a condição de analfabetos ou de pouco escolarizados é marca de boa parte do grupo. No entanto, as observações mostraram que há entre eles diversas práticas letradas no dia a dia do trabalho, como estratégia de organização de suas atividades laborais e também como lazer. Embora o analfabetismo provoque sentimentos de frustração e incompletude por todas as consequências que traz para quem vive em sociedades escolarizadas,

[e]sses sentimentos não impedem, entretanto, que os jovens e adultos pouco escolarizados desenvolvam estratégias bem sucedidas de sobrevivência nos ambientes urbanos letrados, mediante a utilização de capacidades como a observação, a oralidade, a memória, o cálculo mental e, sobretudo, acionando redes de sociabilidade e apoio de familiares, amigos e colegas para a resolução de problemas cotidianos. (Di Pierro e Galvão, 2007: 26).

Oliveira (1995) analisou a relação entre “determinadas transformações culturais típicas das sociedades letradas” e os efeitos que teriam no modo de funcionamento cognitivo dos membros dessas sociedades. A autora aponta a escrita, o desenvolvimento científico e a cultura escolar como as “principais formas culturais associadas às transformações do pensamento” (p. 157) e de difusão das práticas letradas nas sociedades modernas, mas reconhece a existência de outros espaços de desenvolvimento dessas capacidades cognitivas, como o trabalho coletivo e o engajamento político. Esse reconhecimento valoriza a experiência do sujeito adulto não escolarizado e demonstra ainda que existem saberes e conhecimentos específicos na práxis do trabalho —sobretudo o trabalho coletivo— que promovem o letramento entre os sujeitos. Essa afirmação encontra sentido nas palavras de Paulo Freire (2009: 20) quando falava que “a leitura do mundo precede sempre a leitura da palavra”.

Os estudos sobre letramento no Brasil (Kleiman, 1995; Ribeiro, 1999; Soares, 2009; Rojo, 2010, etc.) mostram que este conceito extrapola as habilidades de leitura e escrita, referindo-se muito mais ao uso social dessas habilidades. Graff (1990) questiona a supervalorização do alfabetismo, que, sem um sentido social e político historicamente contextualizado, não possui valor algum. A aquisição dessa habilidade por si só não leva a nada, afirma o autor, que critica a grande preocupação das instituições sociais de nossa época com a *erradicação* do analfabetismo, conceito também marcado por estigmas e preconceitos. Street (2009), ao apresentar dois modelos distintos de letramento, autônomo e ideológico, defende que o letramento não é mera reprodução neutra de códigos escritos, mas um processo social contextualizado e capaz de promover o empoderamento dos sujeitos. Essa leitura do conceito de letramento —que o autor apresenta como modelo ideológico— considera variáveis socioculturais e se aproxima das concepções freirianas, pois

[s]eguindo a distinção formulada por Paulo Freire entre educação bancária *versus* educação para a conscientização, também entendemos que o letramento não deve estar associado a apenas uma forma de acúmulo de informações, mas deve estar vinculado a práticas que promovam o empoderamento (Street, 2009: 84).

No contexto desta pesquisa, pode-se constatar que os catadores estabelecem, em seu cotidiano de trabalho, ricas relações de ensino e aprendizagem e de interação social, atravessadas por inúmeras práticas letradas, a despeito da pouca escolaridade.

Saberes da prática

Muñoz (2009a) em pesquisa com jovens e adultos “limpadores de pára-brisas” na Cidade do México constatou que este grupo desenvolve habilidades e saberes específicos em seu cotidiano. A autora explica que, para compreender como ocorrem aprendizagens em contextos urbanos não escolares, como no caso da comunidade estudada, é preciso ampliar o olhar, alargar o conceito de “educativo”, o que “implica o reconhecimento dos diversos espaços sociais produtores de sentido pedagógico que convivem e coexistem com a instituição e a cultura escolar” (Muñoz, 2009a: 44). Ela considera, desta forma, que a aprendizagem social ocorre na vida diária das pessoas adultas, em grupos e em organizações civis onde ocorram processos sociais de formação para o trabalho, para a militância, entre outros, importantes para a formação e constituição dos sujeitos. Tais processos criam e reconfiguram novos vínculos e práticas pedagógicas que vão além da escola, pois estão articulados à organização social, à vida em sociedade. Em outro texto, a autora afirma que

[a]mpliar o olhar sobre o educativo significa dar conta de processos mediante os quais os sujeitos lutam e se manifestam como resultado de articulações político-pedagógicas vinculadas às demandas dos grupos populares (moradia, trabalho, participação cidadã e democrática entre outras) (Muñoz, 2009b: 26, tradução nossa).

Essa articulação entre o educativo, o político e a vida prática, compreendida por Paulo Freire como práxis, promove reflexão e ação nos indivíduos, gerando conscientização e transformação social. Muñoz (2009b) opera com a ideia de “arquipélago educativo” para designar os diferentes espaços sociais em que os sujeitos aprendem. Esta noção permite dar conta dos múltiplos espaços de formação do sujeito popular. O reconhecimento desses espaços e dos sentidos pedagógicos nos processos de formação dos sujeitos possibilita compreender como o adulto aprende em diferentes contextos, que não estão isolados, mas, porém, conservam suas especificidades. São interdependentes como as ilhas de um arquipélago banhadas pelo mesmo oceano. Desta forma, as pessoas adultas aprendem ao longo da vida em diferentes processos sociais, ainda que, por vezes, esse processo se dê sem uma intencionalidade educativa explícita (Muñoz: 2009b: 27), e esta aprendizagem exprime-se em nível individual e coletivo e transforma-se em acúmulo de conhecimento e de novas experiências. Lima (2007), por sua vez, chama a atenção para a “aprendizagem social através da vida”:

Neste sentido, a aprendizagem, *lato sensu* considerada, é também uma decorrência da vida, o resultado de diversos processos de socialização primária e secundária sem objetivos educativos expressos, de ensaios de tentativa-erro e de ação e reflexão, sem os quais não seria sequer possível aprender a sobreviver autonomamente em contextos sociais minimamente complexos. (Lima, 2007: 16).

Embora se reconheça que estamos sempre aprendendo em diferentes contextos e ao longo de toda a vida, cabe lembrar que isso não exclui a necessidade de formação sistemática e pedagógica e politicamente orientada, como direito à educação. O conceito de educação ao longo da vida, alerta Lima, tem um duplo sentido: pode ser utilizado como “um dos principais meios de adaptação”, com vistas à performatividade e à competitividade (p. 23), ou um entendimento de que se faz necessária uma educação para a vida, para aprender a ser humano e a viver e a conviver em sociedade. E, nesse sentido, o trabalho é um forte componente pedagógico na vida dos sujeitos. É com o trabalho e no trabalho que os sujeitos aprendem, desenvolvem e socializam saberes, que são individuais, mas, sobretudo, coletivos.

A valorização do conhecimento popular exige também que se façam opções para com a utilização de conceitos. Puiggrós (2009: 13) argumenta que a opção pelo uso do conceito de “saberes” traz uma noção epistemológica, pois este conceito funcionaria como uma espécie de “porta linguística em direção à outra maneira de entender e valorizar os conteúdos da cultura”, não sendo, portanto, um antônimo ao conceito de “competências”, mas sim um alargamento da discussão acerca do conhecimento e de suas implicações políticas. Deste modo, a autora fala de “saberes do trabalho” como sendo um patrimônio dos setores populares, embora os próprios trabalhadores tenham dificuldade em reconhecer os saberes adquiridos por vias não formais. Por “saberes do trabalho”, Puiggrós, define como sendo

[o] conjunto de conhecimentos sobre tecnologias, rituais, normas e costumes de organização laboral que possuem, demandam, representam ou se imaginam necessários —individual ou coletivamente— para realizar a tarefa de produção de objetos materiais e/ou simbólicos que a sociedade acredita serem necessários (2009: 29, tradução nossa).

A reconstrução dos saberes do trabalho por parte dos próprios trabalhadores é fundamental para que reconheçam o valor pedagógico e social de seu trabalho. Que ali há importantes saberes, que foram por eles construídos, ressignificados, e, agora, repassados na socialização com os pares. Reconhecer isto é importante, pois

[q]ualquer pessoa, quem quer que seja, qualquer que seja seu “grau escolar” e seu “nível cultural”, é uma fonte única, irrepitível e original de informações, de conhecimentos, de participação em partilhas de saberes, de sentimentos e de sentidos de vida (Brandão, 2010: 107).

Os saberes de cada um, quando compartilhados no coletivo, criam uma aprendizagem comum, colaborativa, que pode ser chamada de “aprendizagem social” (Jacobi e Franco, 2011).

Como os(as) catadores(as) relacionam-se com as questões da escolaridade

As representações dos cooperados sobre escola são as mais diversas, porém, assemelham-se a depoimentos recorrentes entre os adultos que frequentam a Educação de Pessoas Jovens e Adultas - EPJA, pois relatam a proibição da família em estudar quando crianças, especialmente no caso das mulheres, e o trabalho infantil como os principais fatores de exclusão escolar. Entre os mais jovens há uma espécie de conformismo, um pensamento de que “eu poderia ir mais longe, mas também tá bom assim”. Diziam que deveriam voltar a estudar, mas justificam-se com a “correria do dia a dia”, que os impediria de organizar a vida para os estudos. Um dos coordenadores era também um dos cooperados mais jovens (20 anos). Sabia utilizar ferramentas de informática e constantemente falava no desejo de cursar uma faculdade. Mas, ao mesmo tempo, via essa questão como um sonho muito distante de ser realizado: “Pobre não faz faculdade. Pobre não entra na USP. Faculdade é coisa de ‘boyzinho’, ‘nóis’ não consegue entrar. Eu gostaria de fazer [faculdade de] Sistemas da Informação.”

Com relação aos adultos analfabetos, uma das educadoras que trabalhava na equipe de apoio da cooperativa,⁶ opinou que eles não queriam se alfabetizar, pois isso representaria uma grande mudança, e que eles seriam “resistentes” a mudanças.⁷ A cooperativa oferecia aulas de alfabetização fora do horário de trabalho, dadas por uma das educadoras. De acordo com seu relato, a classe inicialmente teve oito alfabetizando, mas dois meses depois apenas uma delas permaneceu. Um dos entrevistados na pesquisa, liderança entre os catadores, atuou como alfabetizador em uma dessas iniciativas de alfabetização, no ano de 2007. Em seu depoimento ele apontava para a dificuldade de adesão dos catadores a uma proposta de formação, que, segundo ele, não estaria apropriada para atender a esse público. Ou que o próprio público não estaria preparado para uma proposta diferente do modelo tradicional escolar, visto que o curso em que atuou era baseado nas teorias freirianas.

Sabe, o que eu sinto é que o método Paulo Freire é um método assim que pra nós que temos certa visão é maravilhoso, porque você não ensina, você aprende ensinando. Mas as pessoas que tiveram seis meses, um ano, dois anos de escolaridade no passado, só sabem aprender daquele jeito que a professora passa na lousa... tradicional. O método “você faz lá, eu copio aqui”, “você me dá a nota e tá bom, acabou”. Então isso se torna um empecilho até pra que o número de pessoas cresça, pra que o número de pessoas que continuam na educação, nesse sentido, não diminua, e vai diminuindo pela falta de interesse de ver aquela escolaridade normal, que eles entendem como aquela secular...

Tanto os coordenadores que foram entrevistados quanto os cooperados afirmavam que se houvesse uma iniciativa de escolarização oferecida dentro do espaço da cooperativa e com algum tipo de incentivo financeiro para quem frequentasse as aulas, o interesse pelos estudos seria muito maior. Por exemplo, se duas horas diárias de estudo dentro da cooperativa fossem remuneradas com o mesmo valor que receberiam se estivessem trabalhando. Assim, pela experiência apontada pelo catador que

⁶ A cooperativa contava com o apoio de uma assistente social, uma contadora e uma educadora social que trabalhavam remuneradas pelo convênio da cooperativa com a Prefeitura Municipal de São Paulo. As três atuavam na coordenação da cooperativa ao lado dos cinco catadores coordenadores eleitos pelo grupo.

⁷ Esta questão vem sendo investigada atualmente na pesquisa realizada em âmbito de doutorado que vem sendo desenvolvida pela autora deste estudo, com base na teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu (2015).

atuou como alfabetizador, bem como com base em questões trazidas pelos próprios cooperados, verificou-se que o tema do estudo entre os catadores é muito mais complexo do que a questão de formato metodológico.

Em uma conversa com as cooperadas ao redor da mesa de triagem a respeito de escolarização, uma delas comentou, sobre a possibilidade de aulas na cooperativa: “Saber que ba mais ba dá baba, isso eu já sei; que ba com la é bala, isso eu já sei... baba, bala... Meu problema é português, é ‘falá’ aquela palavra difícil e comprida, isso eu não sei, mas eu quero aprender coisa da sexta série, não ba-be-bi-bo-bu”.

Nota-se que muitos já dominam os rudimentos da leitura e da escrita ou estão mais adiantados nos estudos, sendo que para estes a necessidade real é completar os estudos com vistas à titulação, e não a alfabetização inicial. O desejo de concluir os estudos, no entanto, de acordo com os depoimentos, caminha ao lado de empecilhos, das mais diversas ordens, enumerados por eles próprios: horário de trabalho que não favorece, estigmas, preconceitos, cansaço, morar longe, etc. Nas entrevistas este tema surge com muita clareza:

E uma coisa que eu acho é que não é falta de interesse dos cooperados, é falta de incentivo, de tempo, de apoio mesmo. Por que, por exemplo, a gente entra e tem que trabalhar oito horas, mas tem 15 minutos de café e 45 de almoço, então sobram sete (horas). E tem que trabalhar aquelas sete horas. E quando termina de trabalhar, está cansada. O que a pessoa quer é tomar um banho e ir para casa descansar. Quem trabalha de manhã pode estudar à tarde, e quem trabalha a tarde pode estudar de manhã. É aquela falta de estímulo mesmo. Então tinha que ter uma coisa que incentivasse estudar. (Entrevistado 02).

Quero ver ir pra escola, sair de lá 11 da noite e no outro dia acordar às 4 ou 5 da manhã. Se é uma pessoa que está estudando para ter um grau superior, sabe que tem que pagar um preço porque ela vai ser advogada, engenheiro, mestre de obras... Mas a gente que tá começando, que vai dar um tiro no escuro, que não sabe nem o que vai acontecer, vai na escola às vezes achando que... (Entrevistado 02).

Eu mesmo estou com vontade de voltar a estudar, mas tô com medo! Tenho medo do drama que vai ser para o meu psicológico. Eu parei de estudar com treze anos e nunca mais. E mudou tudo, mudaram as regras de tudo. Você pode não se adaptar a tudo isso. E as pessoas que estão lá podem não te entender também. (Entrevistado 02).

O entrevistado cujos depoimentos foram transcritos acima apontou para as questões de ordem subjetiva, que o impediriam a voltar à escola. Para ele, o medo das mudanças nos conteúdos (“Eu parei de estudar com 13 anos e nunca mais, e mudou tudo, mudaram as regras de tudo”), de não conseguir acompanhar o ritmo das aulas (“Você não vai se adaptar a tudo isso”) e, principalmente, o medo de sofrer rejeição por parte de educadores e colegas são os três fatores que mais o desanimam a procurar uma classe de educação de pessoas jovens e adultas. Teme não só a não adaptação ao sistema escolar, mas também a não aceitação das próprias dificuldades e limitações: “tenho medo do drama que vai ser para o meu psicológico”. Em conversas informais, outros cooperados também fizeram comentários desse tipo: “meu tempo (de estudar) já passou”, “agora é tarde, a cabeça não funciona mais”. No caso do entrevistado, ele afirma que para trabalhar com essa população (de rua), o educador teria que conquistar a confiança dos educandos, que vêm de experiências de muito sofrimento e humilhação, são bastante desconfiados e têm dificuldades em estabelecer e manter vínculos.

Outro entrave para a ida dos catadores à escola estaria na falta de motivação, que pode ser explicada de diferentes maneiras. Uma pista pode estar no próprio perfil dessa população, bastante imediatista. Observou-se na pesquisa a dificuldade que eles apresentam em fazer projetos, em pensar soluções e saídas a médio e longo prazo. Estudos sobre a população de rua (Rosa, 2005; Varanda, 2009) mostram que são pessoas nômades, que não se fixam em um único lugar, que pouco desenvolvem vínculos, sejam pessoais ou institucionais, apresentam dificuldades em assumir compromissos e não adaptam-se facilmente à normas, regras e horários - ou seja, o contrário do *modus operandi* da instituição escolar. Uma hipótese levantada ao longo da pesquisa foi a de que já estariam conformados a um tipo de vida em que o mais importante é a garantia da sobrevivência, ainda que em subempregos ou trabalhos subalternos, desde que esses lhes garantam o pouco necessário para satisfazer um vício ou comprar algo de que precisam naquele momento, vivendo, portanto, em um horizonte social bastante restrito. A observação crítica feita por um dos entrevistados, que conhece bem a dinâmica do grupo com o qual convive, ratifica essas hipóteses.

Pesquisadora: Mas no dia a dia de vocês isso é usado em algum momento, a leitura, a escrita...?

Entrevistado 01: Sim, nas reuniões que nós temos tudo isso é incentivado, é usado, mas tem pessoas que são deficientes e que não querem realmente estudar. Chance tem, alfabetização já teve várias vezes aqui, tá tendo agora de novo, mas é aquela coisa, tem pessoas que só enxergam o trabalho e o dinheiro. Infelizmente essas pessoas precisam crescer mais, dando valor pra si próprio e depois que ele der valor pra si ele vai dar valor pro grupo.

Dois outros entrevistados divergiram desta opinião, relacionando de forma diferente o interesse pelos estudos à motivação financeira e sugerindo que, se houvesse “bolsas de estudo” para quem quisesse elevar a escolaridade, possivelmente haveria maior adesão.

Entrevistada 03: Vamos supor, se alguém falasse assim pra ela “você vai trabalhar cinco horas e duas horas você vai estudar, mas você vai ganhar aquelas duas horas”, eu acho que teria muita gente fazendo. [...] Teria que ser durante o expediente e teria que ter uma colaboração, um recurso pra cobrir as horas que a gente perde. Se a gente tá aqui ganhando dinheiro, tem que compensar fazer esse curso.

Entrevistado 02: Você não vai conseguir convencer um trabalhador de uma cooperativa ou um carroceiro a estudar sem alguma coisa pra incentivar ele. O serviço da gente é muito puxado, aí ainda ter que parar pra estudar... [...] Então, por exemplo, numa cooperativa que nem a nossa, se tem umas dez, doze pessoas que querem estudar, vamos fazer no horário de trabalho. São três horas pra estudar? Então são três horas que nós tínhamos que estar ganhando. Que fizesse um projeto, porque beneficiava a cooperativa que estava fazendo isso, porque são coisas que vão ajudar todo o grupo.

Práticas letradas no galpão de reciclagem

Em relação ao letramento, a pesquisa verificou duas diferentes formas de uso das práticas letradas no cotidiano dos catadores: uma mais funcional e a outra, recreativa.

Os usos funcionais das práticas letradas estão relacionados à gestão e à organização do empreendimento. De acordo com o rol de tarefas elaborado pelos coordenadores junto às educadoras, 55% de suas atribuições na gestão da cooperativa demandam diretamente habilidades de leitura e escrita, tais como: elaboração de atas de reunião, emissão de notas fiscais, controle de entrada e saída dos cooperados, confecção e manutenção dos quadros de avisos, elaboração de relatórios para a prefeitura, comunicação via *e-mail* com o público externo (doadores, compradores, interessados na coleta seletiva etc.), controle de entrada e saída de materiais, pesagem, acompanhamento de movimentação bancária, entre outras. Muitas dessas tarefas requerem, além de habilidades letradas, conhecimentos em informática e uso de tecnologias da informação, como no caso das correspondências via internet e da elaboração de planilhas no computador. As habilidades de lecto-escritura, desta forma, estão presentes no cotidiano da gestão da cooperativa. No tocante ao trabalho de triagem do material, já não são tão necessárias, de acordo com os cooperados. Embora importantes para uma compreensão mais global do processo de trabalho e para o empoderamento, segundo uma das coordenadoras, há quem não saiba ler e escrever e domine o trabalho assim mesmo, com os saberes da prática:

Entrevistada 03: É importante ele saber quanto custa, quanto pesou, quanto ele vendeu, qual é a sua renda no fim do dia, na quinzena, no fim do mês. Pra isso é importante saber ler? É, mas tem gente que não sabe ler e faz tudo isso, na prática faz tudo isso. Mas acho que saber ler, ter conhecimentos é muito importante.

Percebe-se que a entrevistada iguala o fato de “saber ler” ao de “ter conhecimentos”, valorizando, desta forma o conhecimento letrado. Neste outro trecho da entrevista, ela diferencia o “trabalho em si” das atividades de gestão da cooperativa, reconhecendo dois diferentes níveis de conhecimento, um prático e outro supostamente teórico, os quais, na verdade, não são dissociáveis. “Eu acho que, no trabalho em si, saber ler não tem nada a ver. A gente aprende na prática. Mas pra montar um negócio é importante, quanto mais a gente sabe ler, mais vai saber negociar, saber conversar com os compradores.”

A triagem dos materiais recicláveis, atividade principal da cooperativa, requeria muitas vezes habilidades de leitura para a identificação dos materiais visando sua correta classificação. Observou-se que os trabalhadores não alfabetizados, no entanto, utilizavam de outras estratégias para a identificação dos materiais, como os diferentes tipos de plástico, por exemplo, em que geralmente a sigla com sua classificação vem impressa na embalagem. Desta forma, os analfabetos, diante desta tarefa, encontravam alternativas, utilizando sentidos como audição (batiam o plástico na mesa para identificar sua classificação de acordo com o barulho produzido) ou o tato. Deve-se ter em consideração que a correta classificação dos materiais impacta diretamente a renda dos trabalhadores.

Os usos recreativos das práticas letradas correspondem aos inúmeros momentos em que foram observados catadores utilizando materiais impressos vindos nos resíduos, seja para informação seja para fruição literária. Isto porque circulam diariamente em meio aos materiais que manipulam uma infinidade de portadores de texto: jornais, livros, apostilas, dicionários, revistas, manuais, gibis, bíblias, cartas, documentos e outros materiais impressos, como rótulos e embalagens de produtos. No caso dos jornais e revistas, os que sabiam ler podiam manter-se informados de todos os acontecimentos do Brasil e do mundo, tamanha a oferta e diversidade destes materiais. Todos os dias centenas de

quilos de jornal, muitos bastante atuais, jornais do dia ainda nem folheados, revistas intactas e livros novos passavam pelas mãos dos catadores. Havia quem aproveitasse de toda essa abundância, inclusive levando para suas casas os materiais que mais lhes interessavam, ou liam ali mesmo, nas pausas da esteira rolante ou nos intervalos de almoço.

Rojo (2010) chama a atenção para o fato de que na sociedade urbana moderna as práticas diversificadas de letramento são inúmeras, pois praticamente tudo o que acontece na cidade hoje envolve, de certa forma, a cultura escrita. A autora fala que, ainda assim, analfabetos não deixam de participar de atividades letradas, como pegar um ônibus, ou usar um cartão magnético. No entanto, algumas esferas mais valorizadas das práticas letradas requerem dos sujeitos habilidades ou níveis mais avançados de alfabetismo (Rojo, 2010: 81). Deste modo, o desenvolvimento de níveis mais avançados estaria relacionado, entre outros fatores, ao acesso a produtos culturais e a eventos de letramento, como jornais, livros, revistas, cinema, museus etc. Isso significa que poderíamos, mais uma vez, atribuir uma função educativa ao trabalho com materiais recicláveis, uma vez que há abundância de itens culturais diariamente no cotidiano dos trabalhadores, em forma de material reciclável. As revistas e jornais vindos em meio aos resíduos são, muitas vezes, o meio pelo qual os catadores têm acesso aos acontecimentos sociais. Durante a triagem, havendo oportunidade, liam e comentavam entre si as notícias. Também era comum ver alguém fazendo palavras cruzadas encontradas em meio aos resíduos. Quando aparecia um livro em bom estado, havia quem o separasse para levar para casa. Livros infantis e didáticos eram sempre resgatados do “lixo” pelas que eram mães ou avós. Os de receita e os de romances também figuravam entre os favoritos das cooperadas. Uma das catadoras disse que separava livros para enviar para a mãe, professora aposentada, que gostava muito de ler.

Houve a tentativa de organização de uma biblioteca na cooperativa, logo desativada. Uma das coordenadoras era quem organizava este espaço, mas ela alegou não ter dado continuidade por estar sobrecarregada com outras tarefas de coordenação. Ainda assim, exibia com orgulho os três livros que estava lendo ao mesmo tempo, todos encontrados na esteira de triagem. Eram títulos religiosos e de autoajuda. Outro cooperado relatou ter conhecido a técnica de *reiki* através de livros que encontrou em meio aos materiais.

Ainda sobre práticas letradas, notou-se pouco uso de ferramentas de tecnologia da informação entre os cooperados. A cooperativa possui um *website* e um endereço eletrônico (*e-mail*), este último acessado exclusivamente pelos coordenadores e pelas educadoras. No escritório cada uma delas utilizava um microcomputador e um quarto aparelho ficava à disposição dos cooperados para acesso à internet. Raras vezes foram observados cooperados fazendo uso dos computadores ao longo dos quase dois anos de pesquisa, com a exceção dos coordenadores. Neste caso, além da caixa postal (*e-mail*), observei que acessavam páginas de notícias (principalmente esportivas) e o *site* de compartilhamento de vídeos *Youtube*.

Conclusões

Da mesma forma como muitos alunos saem da escola diplomados, mas sem as habilidades letradas necessárias para enfrentar o mundo do trabalho e a complexa vida cotidiana nos centros urbanos, verificou-se nesta pesquisa que tantos outros que possuem baixa escolaridade, paradoxalmente, de-

monstram ter desenvolvidas algumas dessas habilidades. Observou-se que práticas letradas são recorrentes no cotidiano dos catadores, que se utilizam dos próprios resíduos que manipulam para tanto. Não raro vemos tentativas de organização de bibliotecas em cooperativas de catadores, em que os próprios cooperados retiram do material entregue para a reciclagem livros, revistas etc. que compõem o acervo. Muitos ainda resgatam do meio do “lixo” livros, dicionários e materiais didáticos para aproveitamento próprio ou dos filhos. Também é recorrente entre os catadores momentos de leitura nas pausas da esteira de triagem ou nos horários de intervalo. Diariamente notícias de jornal são debatidas pelos cooperados ao redor da esteira: questões políticas, econômicas, futebol, fofocas de celebridades etc. Os produtos da mídia, presentes no processo de trabalho coletivo na esteira, possuem, portanto, o potencial de desencadear o debate de questões públicas das mais diversas. Eles não estão alienados das informações que circulam na sociedade, pelo contrário, fazem uso de seu refúgio para se apropriarem delas. Jogos e passatempos também são aproveitados, por exemplo, nas pausas do trabalho, quando fazem palavras cruzadas, caça-palavras etc.

A literatura consultada demonstra que não há uma relação linear entre letramento e escolaridade, visto que milhares de jovens brasileiros “escolarizados”, após concluir os nove anos de Ensino Fundamental, não demonstram possuir habilidades letradas, sendo considerados “analfabetos funcionais”. Soares (2009) explica que isso acontece porque a escola promove uma espécie de letramento escolar, em que os estudantes são ensinados a realizar tarefas escolares, a responder enunciados e a obedecer comandos, “mas podem permanecer incapazes de lidar com os usos cotidianos de leitura e escrita em contextos não-escolares” (Soares, 2009: 100). Por outro lado, a literatura mostra também que diversas práticas sociais são promotoras de letramento. Muñoz (2009b: 27) contribui com esta reflexão ao trazer a ideia de “arquipélago educativo” para designar os diferentes espaços sociais onde os sujeitos aprendem e se desenvolvem social e cognitivamente.

Uma das aprendizagens sociais acontece, por exemplo, no campo da comunicação, quando a produção de um discurso organizado e planejado, direcionado a interlocutores específicos, como educadores, representantes do poder público, mídia ou estudantes, exige “que os sujeitos regulem e reflitam sobre seus discursos à medida que os constroem, explicitando informações e referências, selecionando o vocabulário, o estilo e as construções sintáticas, fazendo previsões sobre o próprio discurso e sobre o modo como seus interlocutores o estão recebendo” (Vóvio, 1999: 16). Pereira (1997) reflete sobre a participação em instituições políticas como um rico espaço de formação linguística e de letramento, diferenciando-o do espaço escolar, onde as práticas geralmente são homogêneas e distanciadas da realidade social dos educandos. Deste modo a comunicação, independente de ser oral ou escrita, coloca para os sujeitos problemas de diversas ordens, que acabam por desenvolver habilidades cognitivas mais ou menos complexas, o que pode ser observado especialmente entre os coordenadores da cooperativa.

Além do manuseio de “produtos da indústria cultural” encontrados nos materiais, os catadores organizados em cooperativas encontram no trabalho coletivo alguns elos com o mundo letrado, confirmando a literatura (Pereira, 1997; Oliveira, 1995, 2009; Vóvio, 1999). Para a organização em cooperativas e associações, os catadores transitam do individualismo do trabalho solitário (muitas vezes relacionado à situação de rua) para a coletividade, que requer outra cultura de organização social e política. Essa transição não é simples. E esse processo passa, necessariamente, pelo desenvolvimento de habilidades letradas entre os catadores. Por isso, entende-se que o trabalho na reciclagem, espe-

cialmente o realizado em grupo, colabora com o desenvolvimento cognitivo, intelectual, cultural e político dos indivíduos que dele participam.

O letramento entre os catadores é, no entanto, um conceito paradoxal. Ao mesmo tempo em que as habilidades de lecto-escritura são parte importante no processo de emancipação desses sujeitos, no tocante ao trabalho da reciclagem em si, não são tão imprescindíveis. No cotidiano do catador, isso é muito relativo. As observações no trabalho dão conta de que muitas tarefas não precisam de leitura e escrita, embora essas capacidades sejam, paradoxalmente, essenciais no processo de capacitação técnica e política e de organização da cooperativa. Essa constatação apareceu nas entrevistas realizadas, quando os coordenadores da cooperativa admitem o valor de saber ler e escrever para gerenciar o empreendimento, mas observam que os cooperados que não dominam esse conhecimento, também trabalham bem, desempenham corretamente suas funções e, sobretudo, demonstram maior interesse na aprendizagem do trabalho do que os escolarizados e/ou letrados. Deste modo, as falas dos coordenadores confirmam a literatura. Da mesma forma, os indivíduos analfabetos dão conta de se relacionar em uma sociedade letrada lançando mão de estratégias das mais diversas, como o apoio de amigos, familiares e colegas para a resolução de problemas cotidianos. Utilizam capacidades como a oralidade, a memória, a observação para viver e transitar nos grandes centros (Di Pierro e Galvão, 2007).

A pesquisa evidenciou que no processo de trabalho da reciclagem as habilidades letradas são necessárias *ao coletivo*, mas não necessariamente a cada indivíduo singular, podendo a cooperativa evoluir a partir de uma divisão de trabalho. Entretanto, alguns indivíduos operam com habilidades básicas necessárias à vida cotidiana, em um nível mais rudimentar de alfabetismo, de todo modo, suficiente para sua vida na cidade (deslocar-se, trabalhar, encontrar meios de manutenção e sustento, como abrigo nos centros de acolhida, locais para se alimentar, postos de saúde etc.). Outros apresentam maiores habilidades letradas, em que se observam mais competências linguísticas, maior desenvoltura social e potencial de liderança dentro do grupo, pois nas escolhas para representantes, coordenadores etc., são eles quem o grupo reconhece como “focos de competência” (cf. Oliveira, 1983), como os mais aptos para a função. No entanto, ao ponderar-se que a economia solidária requer horizontalidade nas relações de gestão das cooperativas, insiste-se que é preciso, de fato, ampliar o domínio de letramento entre todos os cooperados, o que proporcionaria uma maior oferta de oportunidades iguais a todos e uma gestão mais democrática do empreendimento. O acesso à educação propiciaria uma distribuição mais justa e equitativa de tarefas no cotidiano da cooperativa, além de ser um direito garantido pela nossa legislação e por diversos tratados internacionais (Di Pierro, 2008).

Considerando as observações e relatos coletados na pesquisa, pudemos perceber que existem diversas práticas letradas no cotidiano dos catadores, que produzem no interior das cooperativas uma cultura própria, de valorização dos resíduos sólidos e de ressignificação social desses materiais outra descartados pela população.

Ao retomar o problema de pesquisa, considera-se que o trabalho dos catadores, de fato, apresenta uma complexidade interna, que se reflete na construção de sua identidade profissional e pessoal. O processo de autogestão é um importante aprendizado para todos, e ele não é algo espontâneo. A organização da cooperativa e a formação de seus gestores —os próprios catadores— requer formação básica (leitura, escrita, cálculo) e específica (cooperativismo, administração, conhecimentos técnicos, relações com o poder público e as empresas etc.). A formação para os catadores precisaria ser repen-

sada para atender suas demandas mais pontuais, como conhecer bem o material que comercializam e, até mesmo, fornecer ferramentas de atuação em questões mais amplas, como comercialização em rede e articulação política. Partindo das hipóteses iniciais de pesquisa, verificou-se que, de fato, os sujeitos possuem baixa escolaridade e não dispõem de tempo para ir à escola (especialmente a EPJA noturna). Esta, que, por sua vez, não estaria preparada para atender as especificidades deste público. No entanto, é inegável que a ampliação das oportunidades de formação traria consequências positivas ao grupo, principalmente no tocante à gestão da cooperativa. O grupo como um todo possui uma gama extensa de saberes e habilidades para o trabalho, desenvolvidas na própria prática cotidiana e repassada/socializada de uns aos outros. Tais saberes devem ser considerados como ponto de partida para outras aprendizagens em processos de elevação de escolaridade e de capacitação técnica e formação política destes trabalhadores.

Acredita-se que a elevação da escolaridade e a apropriação da cultura escrita produziriam entre estes trabalhadores maiores possibilidades de empoderamento político e social (Gutberlet e Tremblay, 2010). Empoderamento, que, no entanto, é precedido por formação, humana, social, política, técnica e ambiental. Formação aqui compreendida como o sujeito desenvolvendo-se plenamente em todas as suas capacidades e potencialidades, aumentando sua autoestima e aprimorando seu modo de estar no mundo, consigo mesmo e com os outros.

Relacionando formação às quatro dimensões da atividade desenvolvida pelos catadores —técnica, social, ambiental e política— articulando-as às questões de letramento, pode-se concluir que a formação social é compreendida também como socialização, quando os sujeitos passam a viver coletivamente o cotidiano do trabalho e ali vão aprendendo no convívio com os demais. A formação técnica é imprescindível para o aumento da renda e a melhoria das condições dos catadores. Por sua vez, a formação ambiental é o diferencial desse grupo, que passa a ser um ator privilegiado para discutir os problemas socioambientais da atualidade —“privilegiado” por fazer um serviço que impacta positivamente o meio ambiente e que, ao mesmo tempo, pela componente social, fomenta discussões acerca de inclusão/exclusão social. A formação política desenvolve uma consciência crítica, que vai se formando por meio do convívio social e do exercício de direitos e deveres, bem como da participação ativa em todo o processo. Isso significa que no convívio social vão se forjando os valores e atitudes deles decorrentes relativos à cidadania e à participação, elementos essenciais para a gestão do empreendimento solidário e para a luta por reconhecimento social e político.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, P. (2015), *A distinção: Crítica social do julgamento*, 2ª ed., Porto Alegre, Zouk.
- Brandão, C. R. (2010), “Saber para si, saber com os outros”, em Costa, R. P. & Calhau, S. (orgs.), “... e uma educação pro povo, tem? ”, Rio de Janeiro, Caetés, pp. 91-115 (Seminários NEAD, V. 1).
- Costa, F. B. (2008), *Moisés e Nilce: Retratos biográficos de dois garís. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Costa, F. B. (2004), *Homens invisíveis: Relatos de uma humilhação social*, São Paulo: Globo.
- Di Pierro, M. C. (coord.) (2008), *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil: Lições da prática*, Brasília, UNESCO.
- Di Pierro, M. C. e A. M. O. Galvão (2007), *Preconceito contra o analfabeto*, São Paulo, Cortez (Coleção Preconceitos; 2).
- Dubet, F. (2003), “A escola e a exclusão”, em *Cadernos de pesquisa*, núm. 119, pp. 29-45.
- Dubet, F. (2014), *Injustiças: A experiência das desigualdades no trabalho*. [*Injustices: Expérience des inégalités au travail*]. (I. R. Vallle e N. Valle, Trad.), Florianópolis, Editora UFSC.
- Freire, P. (2009), *A importância do ato de ler, em três textos que se completam*, São Paulo, Cortez (Coleção Polêmicas do nosso tempo).
- Freire, P. (1982), *Educação como prática da liberdade*, 13ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Frochtengarten, F. (2014), *Caminhando sobre fronteiras: O papel da educação na vida de adultos migrantes*, São Paulo, Summus.
- Gonçalves Filho, J. M. (2007), “Cultura e formação: notas marginais”, em Patto, M. H. S., Frayze-Pereira, J. A. (org.), *Pensamento cruel - humanidade e ciências humanas: há lugar para a psicologia?*, São Paulo, Casa do Psicólogo, p. 191.
- Graff, H. J. (1990), “O mito do alfabetismo”, em *Teoria e Educação*, núm. 2, pp. 30-64.
- Grimberg, E. (2007), *Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo: Experiência e desafios*, São Paulo, Instituto Pólis (Publicações Pólis; 49).
- Gutberlet, J. e C. Tremblay (2010), “Empowerment through participation: Assessing the voices of leaders from recycling cooperatives in São Paulo, Brazil”, em *Community Development Journal*, Oxford University. <http://www.cdj.oxfordjournals.org> (consultado em 01 de novembro de 2010).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2010), *Censo demográfico*, Brasília, IBGE.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA (2013), *Situação Social das Catadoras e Catadores de Material Reciclável e Reutilizável*, Brasília, IPEA.
- Jacobi, P. R. e M. I. G. C. Franco (coord.) (2011), *Aprendizagem social: Diálogos e ferramentas participativas: Aprender juntos para cuidar da água*, São Paulo, IEE/PROCAM.
- Kemp, V. H. e H. M. T. Crivellari (orgs.) (2008), *Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais*, Belo Horizonte, Autêntica.
- Kleiman, A. (org.) (1995), *Os significados do letramento: Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*, Campinas, Mercado de Letras.

- Lima, L. (2007), *Educação ao longo da vida: Entre a mão direita e a mão esquerda de Miró*, São Paulo, Cortez.
- Martins, H. H. T. S. (2004), “Metodologia qualitativa de pesquisa”, em *Educação e Pesquisa*, núm. 30, vol. 2, pp. 289-300.
- Martins, J. S. (2008), *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*, 2ª ed., São Paulo, Contexto.
- Martins, J. S. (1997), *Exclusão social e a nova desigualdade*, São Paulo, Paulus.
- Muñoz, M. M. R. (2009a), *Otra educación: Aprendizajes sociales y producción de saberes*, Ciudad de México, Universidad Iberoamericana.
- Muñoz, M. M. R. (2009b), *Educación de jóvenes y adultos. Aprendizajes y prácticas sociales em contextos no escolarizados: El caso de la comunidad de limpiarparabrisas*, Ciudad de México, Universidad Iberoamericana.
- Oliveira, M. K. (1983), “Inteligência e vida cotidiana: Competências cognitivas de adultos de baixa renda”, em *Cadernos de Pesquisa*, núm. 44, pp. 45-54.
- Oliveira, M.K. (1995), “Letramento, cultura e modalidade de pensamento”, em Kleiman, A. (org.) (1995), *Os significados do letramento: Uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*, Campinas, Mercado de Letras.
- Pereira, I. A. (1997), *A oralidade letrada de lideranças não-escolarizadas*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- Puiggrós, A. (2009), *Saberes: Reflexiones, experiencias y debates*, Buenos Aires, Galerna.
- Ribeiro, V. M. (1999), *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*, Campinas, Papirus/São Paulo, Ação Educativa.
- Rujo, R. (2010), “Alfabetismo(s), letramento(s), multiletramento(s): desafios contemporâneos à Educação de Adultos”, em Costa, R. P. e Calhau, S. (orgs.), “... e uma educação pro povo, tem?”, Rio de Janeiro, Caetés, pp. 75-90 (Seminários NEAD, vol. 1).
- Rosa, C. M. M. (2005), *Vidas de rua*, São Paulo, Hucitec/Associação Rede Rua.
- Soares, M. B. (2009), *Letramento: Um tema em três gêneros*, 3ª ed., Belo Horizonte, Autêntica.
- Street, B. (2009), “Entrevista concedida a Gilcinei Teodoro Carvalho e Marildes Marinho”, em *Revista Língua Escrita*, núm. 7, vol. 2, julho-dezembro, pp. 84-92, (Carvalho, G. T., Trad.), em <http://www.ceale.fae.ufmg.br> (consultado em 26 de março de 2017).
- Varanda, W. (2009), *Liminaridade, bebidas alcoólicas e outras drogas: funções e significados entre moradores de rua*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Vóvio, C. L. (1999), *Impactos da escolarização: pesquisa sobre a produção de textos em educação de jovens e adultos*. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação, Caxambu, MG, em <http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1809t.pdf> (consultado em 27 de março de 2012).